

**Prefeitura Municipal de Monte Carmelo**

Estado de Minas Gerais

Protocolo**RECIBO****Inscrição**

0019408/2019

Data: 21/01/2019 14:03:26**Impressão:** 21/01/2019 14:04:07

Setor/Quadra/Lote/SubLote

Requerente: 000272347 - HEITA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**CNPJ:** 13.913.963/0001-28**Endereço:** RUA ANTONIO CRESCENCIO, 454**Documentos Solicitados**

019027/018 - Geral: RECURSO DE LICITAÇÃO

APRESENTA RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019. SETOR DE LICITAÇÃO.

Uberlândia 18 de janeiro de 2019

RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO

A: Prefeitura Municipal de Monte Carmelo MG.
Pregão Presencial nº 001/2019

Ilustríssimo Senhor, Iscleris Wagner Gonçalves Machado, DD. Pregoeiro da Comissão de Licitação, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo/MG.

HEITA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME, empresa brasileira, inscrita no CNPJ/MF 13.913.963/0001-28, já qualificada no processo administrativo correspondente a Licitação em epígrafe, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente à presença de V.Sa., por meio de seu procurador Felipe Thomaz Gregório, portador do C.P.F 118.070.426-69, com fundamento no Decreto nº 3555/2000 e demais dispositivos do Edital, apresentar suas razões de RECURSO contra a decisão de sua INABILITAÇÃO conforme restará a seguir demonstrado.

RECURSO ADMINISTRATIVO,

contra a decisão desse digno Pregoeiro que inabilitou a recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

I - DA TEMPESTIVIDADE RECURSAL

Esclarece, inicialmente, que o presente recurso é tempestivo, vez que a decisão ora recorrida foi proferida em 16/01/2019 e dela saíram cientes todos os participantes, fluindo, pois, seu prazo, até a data de 21/01/2019, terceiro dia útil, conforme legislação vigente, assim como item 14.1 do edital.

II - DO EFEITO SUSPENSIVO

Nos termos da Lei n. 8.666/93, a Recorrente requer a esta Autoridade Administrativa seja conferido ao presente recurso o EFEITO SUSPENSIVO uma vez que o acolhimento do presente recurso acarretará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento e poderá ocasionar vício insanável para o presente processo.

Neste diapasão REQUER seja atribuído o efeito suspensivo para o normal processamento deste Recurso visto que restará demonstrado o equívoco praticado no que tange a inabilitação da licitante HEITA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA-ME.

III - DOS FATOS

Juliana PG

O Presente procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 001/2019 tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E MONTAGEM DE SOM E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS, A SEREM REALIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO/MG, PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

Após o cumprimento das etapas de lances e superada a fase de negociação, passou-se a fase seguinte, qual seja, a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação, onde o douto pregoeiro resolveu considerar inabilitada a empresa HEITA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME, por não ter apresentado documentação integral dos sócios da empresa, conforme registrado em Ata de Abertura de envelopes de Habilitação, datada de 16 (dezesesseis) de janeiro de 2019.

Entretanto, data vênia, laborou em equívoco o nobre Pregoeiro, o que será demonstrado neste ato recursal.

IV - DAS RAZÕES DA REFORMA

A Comissão de Licitação ao considerar a recorrente inabilitada sob o argumento acima enunciado incorreu na prática de ato manifestamente ilegal.

Senão vejamos:

A exigência de documentação integral de todos os sócios da empresa fere de morte os preceitos legais, quais sejam, da legalidade, da



HEITA PRODUÇÕES

razoabilidade, da proporcionalidade, da vantajosidade, posto ser ato de excessivo rigorismo, e tal exigência não conter amparo da legislação.

Ressalte-se que na seção de abertura do certame, foi apresentado a procuração para o Sr. Felipe Thomaz Gregório representar a empresa HEITA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME, no certame, bem como foi apresentado o documento de identidade do representante legal, assim como da sócia Sra. Gisele de Sousa Cardoso, que transmitiu a devida procuração, ou seja foram cumpridos os atos legais quanto a representatividade da empresa.

Em tempo, CUMPRE-NOS ESCLARECER AINDA QUE A SÓCIA GISELE DE SOUSA CARDOSO, POSSUI PODERES PARA EXERCER A ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA ISOLADAMENTE, conforme registrado no Contrato Social na Cláusula VI - Administração, ou seja, a exigência de apresentação de documentos dos demais sócios, além de trazer em sua essência EXTREMO RIGORISMO, não corrobora com o entendimento dos tribunais, e pode ocasionar em dúvidas quanto a legalidade do contrato social registrado no devido órgão legal.

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari: a "licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital", ou seja, deve-se ser observado na análise dos documentos, o atendimento aos princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade.

No caso em tela, o pregoeiro deve atentar-se ao princípio da razoabilidade, ou seja, deve haver uma certa ponderação dos valores jurídicos tutelados pela norma aplicável à situação de fato. Neste sentido Marçal Justen Filho, nos ensina que o princípio da proporcionalidade, prestigia a instrumentalidade das normas jurídicas em relação aos fins

Handwritten signature in blue ink.



HEITA PRODUÇÕES

a que se orientam e exclui interpretações que tornem inútil a(s) finalidade(s) buscada(s) pela norma. [grifo nosso], (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos, 9ª ed).

A razoabilidade é comumente invocado para deixar de inhabilitar ou de desclassificar concorrentes em certames licitatórios, quando houver um certo exagero na análise da aplicação da legislação, ou quando o fato motivador de uma inhabilitação não ser essencial para a finalidade a que se destina o certame licitatório, o que resta demonstrado no caso em tela, onde a empresa HEITA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME, foi inhabilitada por não ter apresentado a documentação da outra sócia da empresa a Sra. Helida de Cássia Araújo Cardoso, exigência esta TOTALMENTE DESNECESSÁRIA, para os fins que se destinam o certame, assim como a sua não apresentação não coloca a referida empresa em condição de vantagem sobre seus concorrentes em nenhum momento, pelo contrário a exigência somente tem o condão de suspender o bom andamento dos trabalhos licitatórios.

O excesso de formalismo, com efeito, não deve permear as ações dos agentes públicos na execução das licitações. A doutrina e a jurisprudência repudiam o rigorismo formal e homenageiam as decisões administrativas que, a bem dos demais princípios regentes da Administração Pública, afastam a inhabilitação e a desclassificação de concorrentes por fatos irrelevantes, que não afetam a objetividade e a efetividade de suas propostas perante o Poder Público e nem os põem em posição vantajosa em relação aos demais participantes.

Assim, o professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, salienta-se que, quando há situações relativas a excesso de formalismo, o TCU costuma orientar os gestores a interpretar o edital sob a perspectiva da proporcionalidade e da razoabilidade, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes.

A licitação pública destina-se, conforme dispõe o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, a garantir que a proposta mais vantajosa seja selecionada pela Administração. Essa seleção deve ser julgada em conformidade com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Durante a

RUA ANTONIO CRESCÊNCIO, 454 - BAIRRO BOM JESUS - UBERLÂNDIA, MG - CEP: 38.400-636

Handwritten signature and initials in blue ink.

seleção, a comissão de licitação deverá ter cautela para não infringir os princípios licitatórios”, explica Jacoby.

Nesse sentido, é preciso evitar os formalismos excessivos e injustificados a fim de impedir a ocorrência de dano ao erário e valorizar a economicidade e vantajosidade da proposta. O TCU assim como dos demais tribunais fiscalizadores, posicionam-se contra o excesso de formalismo. Em decisão anterior, por meio do *Acórdão nº 2003/2011* – Plenário, o ministro-relator *Augusto Nardes* destacou que as exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário.

No que tange ao excesso de formalismo e rigorismo, o Tribunal de Contas da União consolidou entendimento, no **ACÓRDÃO Nº 342/2017 - TCU - 1ª Câmara**, “[...], em razão da jurisprudência consolidada do TCU (Acórdãos 1.791/2006 e 1.734/2009-Plenário, entre outros), configura formalismo excessivo a desclassificação de empresa participante de certame licitatório em decorrência de mero erro material no preenchimento de anexo, desde que seja possível aferir a informação prestada, sem prejudicar o andamento da sessão, situação ocorrida no julgamento das propostas das empresas na Tomada de Preços 009/2016”.

No presente caso ainda é mais grave o formalismo excessivo, porque mesmo que fosse necessário os dados da outra sócia da empresa, os mesmo constam do Contrato Social apresentado e devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 5329911, ou seja a referida exigência do item 12.1.1 – letra c do edital de Pregão Presencial nº 001/2019, é totalmente ilegal e sem razão de ser e existir.

Outro aspecto que deve ser analisado minuciosamente, diz respeito a exigência de documento de identidade de todos os sócios da empresa, posto que não encontra respaldo na Lei 8666/19, em seu artigo 27 e seguintes, nem tampouco na Lei 10520/2002, ou seja o edital em epígrafe não está em consonância com a legislação aplicável a espécie, o que torna a exigência contida no item 12.1.1 – letra c do edital TOTALMENTE ILEGAL.

Neste sentido o artigo 37, XXI da Constituição Federal, dispõe:

RUA ANTONIO CRESCÊNCIO, 454 – BAIRRO BOM JESUS – UBERLÂNDIA, MG – CEP: 38.400-636

Handwritten signature in blue ink, likely of Jacoby.



HEITA PRODUÇÕES

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". [grifo nosso].

Assim também é a linha de raciocínio de Marçal Justen Filho:

"Ora, a Administração necessita tanto de segurança quanto de vantajosidade em suas contratações. A finalidade da licitação é selecionar a proposta com a qualidade adequada, pelo menor preço possível. A conjugação de ambos os valores conduz à necessidade de ponderação nas exigências de habilitação. Não é correto, por isso, estabelecer soluções extremadas. É indispensável estabelecer requisitos de participação, cuja eliminação seria desastrosa. Mas tais requisitos devem ser restritos ao mínimo necessário para assegurar a obtenção de uma prestação adequadamente executada. Essa solução foi explicitamente consagrada no art. 37, XXI, da CF/1988, que determina que somente podem ser admitidos requisitos de habilitação

febre 19



HEITA PRODUÇÕES

que se configurem como os mínimos possíveis, mas sempre preservando-se a obtenção de uma contratação adequada e satisfatória.(...) [grifo nosso].

Existe, portanto, uma margem de discricionariedade para a Administração configurar, em cada caso, as exigências e requisitos de participação. Ao elaborar o ato convocatório, a Administração deverá avaliar a complexidade da futura contratação e estabelecer, como derivação, os requisitos de habilitação e as condições de participação.

Essa margem de discricionariedade não se confunde com arbitrariedade. A escolha administrativa está delimitada não apenas pela Lei como também pela própria Constituição. Existe um mandamento constitucional, no já referido art. 37, inc. XXI, da CF/88. A Constituição não admite exigências que superem ao mínimo necessário para assegurar a obtenção pela Administração de uma prestação de qualidade adequada'.

Neste sentido, visando a celeridade dos processos administrativos, a supremacia do interesse público sobre o privado e a iminência de definições rápidas para o cenário administrativo, a doutrina desenvolveu o princípio administrativo do formalismo moderado, o qual segue muito bem explicado nas palavras de Alexandre Aragão:

'(...) Referido por ODETE MEDAUAR como aplicável a todos os processos administrativos, o princípio do formalismo moderado possui, apesar de não constar expressamente na Lei 8666/93, relevante aplicação às licitações, equilibrando com a equidade a aplicação dos princípios da legalidade e da vinculação ao

felipe fg



HETA PRODUÇÕES

instrumento convocatório, fazendo com que meras irregularidades, que não afetam interesses públicos ou privados, não levem à desnecessária eliminação de competidores, o que vem sendo amplamente aceito pela jurisprudência.

Pode-se dizer que, nas licitações, o Princípio do Formalismo Moderado advém da ponderação dos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, de um lado, o princípio da competitividade, que, afinal, é o objetivo primordial da licitação (ex.: se um edital de licitação estabelece que as propostas de preço devem ser apresentadas em número e por extenso, e o licitante a apresenta apenas por extenso, ele não pode ser desclassificado apenas por isso)."

Dessa forma, é que se pode afirmar que exigências de habilitação nas licitações que transbordem os limites da lei, são consideradas ILEGAIS e RESTRITIVAS A COMPETIÇÃO. O elenco dos requisitos de habilitação está devidamente delineado nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8666/1993. Neste diapasão é ilegal o ato convocatório ignorar os limites legais e introduzir novos requisitos de habilitação não autorizados legalmente.

Marçal Justen Filho, ao analisar os dispositivos da Lei 8.666/93 que se referem aos documentos de habilitação assim se manifestou:

"O elenco dos requisitos de habilitação está delineado em termos gerais nos arts. 27 a 32 da Lei de Licitações. É inviável o ato convocatório ignorar os limites legais e introduzir novos requisitos de habilitação, não

Johny P.G.



HEITA PRODUÇÕES

autorizados

legislativamente.[4]

(...)

O elenco dos arts. 28 a 31 deve ser reputado como máximo e não como mínimo. Ou seja, não há imposição legislativa a que a Administração, em cada licitação, exija comprovação integral quanto a cada um dos itens contemplados nos referidos dispositivos. O edital não poderá exigir mais do que ali previsto, mas poderá demandar menos.”[grifo nosso].

Pela impertinência de requisitos como esse, já se pronunciaram inúmeras vezes o Tribunal de Contas da União e os tribunais pátrios, nos casos em que o administrador extrapola as exigências contidas na legislação ao elaborar os editais licitatórios, conforme pode ser observado dos excertos jurisprudenciais trazidos à colação.

“Representação - Possíveis irregularidades em edital. Diligência. Restrição à competitividade do certame. Conhecimento. Procedência em parte. Determinações. Comunicação à interessada. ‘Qualificação Econômico-Financeira - letras. a) Apresentar Certidão Negativa de Protesto de Títulos expedida pelo Cartório de Distribuição da Sede da Empresa, datada dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão; b.2) Se for o caso, proceda a novo certame licitatório para a contratação desses serviços, obedecendo aos seguintes ditames da Lei nº 8.666/93: ii) quando das especificações em relação à qualificação econômica-financeira das empresas licitantes, limitá-las tão-somente às elencadas no artigo 31 da Lei nº 8.666/93, haja vista seu caráter exaustivo, bem como obedecendo ao inciso XXI do artigo 37 da Constituição Brasileira; [grifo nosso].

“REPRESENTAÇÃO. CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO SESI/SENAI NA CIDADE DE ANCHIETA/ES. EXIGÊNCIAS DO EDITAL

RUA ANTONIO CRESCÊNCIO, 454 - BAIRRO BOM JESUS - UBERLÂNDIA, MG - CEP: 38.400-636

felipe FG



HEITA PRODUÇÕES

RESTRITIVAS À COMPETITIVIDADE DO CERTAME. INDÍCIOS DE SOBREPREENHIMENTO. REJEIÇÃO DA MAIORIA DAS JUSTIFICATIVAS. DETERMINAÇÃO PARA ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO E ADOÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS. TEOR: Ante o rol exaustivo do art. 31 da Lei nº 8.666/93, a exigência em questão é abusiva e não se sustenta, até mesmo porque tampouco consta do Regulamento do Sesi. Entretanto, como houve o reconhecimento pelo próprio ente de seu descabimento, tendo sido, inclusive, dada expedição jurídica visando à sua supressão, desnecessárias se fazem maiores divagações. d) subitens 3.3.1.3.7 e 3.3.2.3.7.: JUSTIFICATIVA: A exigência de certidão negativa de protestos. No entanto, recentemente em outro certame uma licitante apresentou a Súmula 29 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que veda esse tipo de exigência, tendo a Unidade Jurídica dado parecer favorável e recomendado a eliminação dessa exigência para todas as licitações. (destaques do original) Conforme se verifica no relatório, em análise do Edital da Concorrência nº 172/2010, destinada à contratação de empresa para construção do Centro Integrado Sesi/Senai na cidade de Anchieta/ES, a Secex/ES apontou as seguintes possíveis irregularidades: existência de cláusulas editalícias restritivas à competitividade (subitens 3.2, alínea "g", 3.3.1.2.1, 3.3.2.2.1, 3.3.1.2.2, 3.3.2.2.2, 3.3.1.3.5, 3.3.2.3.5, 3.3.1.3.7 e 3.3.2.3.7), haja vista não terem observado os requisitos do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi, da Lei nº 8.666/1993, entendimentos do TCU e da doutrina; Observo que não consta do art. 12 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi (Peça nº 2), referente aos documentos requeridos para fins de habilitação, a previsão das exigências impugnadas pela unidade técnica (alínea "a" do item 1 retro), quais sejam: - subitens 3.3.1.3.7 e 3.3.2.3.7: exigência de apresentação de certidão negativa expedida pelo Cartório de Protesto de Títulos e Letras do município sede da licitante. 10. Essa situação permite concluir que o edital da licitação extrapolou os limites legais, afrontando, ademais, o princípio da competitividade disposto no art. 2º do referido Regulamento, do seguinte teor: "Art. 2º A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para o Sesi e será



HEITA PRODUÇÕES

processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos, inadmitindo-se critérios que frustrem seu caráter competitivo." [grifo nosso].

Segundo Adilson Abreu Dallari, "existem várias manifestações doutrinárias e já existe jurisprudência no sentido de que, na fase de habilitação, não deve haver rigidez excessiva; deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isto não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase de habilitação; interessa, consulta ao interesse público, que haja o maior número possível de participante.

Insta salientar, que a exclusão da licitante **HEITA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME**, também poderá ocasionar em contratação com custos mais altos, ferindo assim os princípios da economicidade e vantajosidade, portanto cumpre ao pregoeiro analisar minuciosamente a exigência constante no edital no item 12.1.1 - letra "C", que não possui amparo legal, a fim de evitar prejuízos aos cofres dos munícipes.

Assim se decidindo pela habilitação da empresa **HEITA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME**, além de se dar devida proteção ao direito líquido e certo da impetrante, estar-seá praticando relevante tributo à moralização das ações Administrativas Públicas, já que há uma ligação necessária entre a legalidade e a moralidade, e no presente caso manter **INABILITAÇÃO DE LICITANTE POR EXIGÊNCIA QUE NÃO CONTÊM AMPARO LEGAL**, vai de encontro aos princípios norteadores da Administração Pública, razão pela qual apresentamos esse termo recursal.

febr 25



HEITA PRODUÇÕES

V - DO PEDIDO

Por todo o exposto, é a presente para requerer a Vossa Senhoria seja recebido o presente Recurso no seu EFEITO SUPENSIVO e ao final acolhido integralmente o presente recurso para que: a) Seja REFORMADA a decisão guerreada com o fim de declarar HABILITADA a empresa HEITA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA -ME, uma vez que esta cumpriu o Edital, nos termos da legislação em vigor, b) Em caso remoto de não prosperar nesta instância, que seja encaminhado o presente Recurso Administrativo à autoridade Superior Hierárquica, para análise e parecer.

Termos em que, Pede Deferimento.

Uberlândia, 18 de janeiro de 2019

Procurador Felipe Thomaz Gregório
HEITA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA-ME

Handwritten signature: Felipe TG